

*Acessando o passado e redescobrimo a  
Marinha Imperial: o projeto descrição dos  
documentos da Secretaria de Estado e  
Negócios da Marinha no século XIX*

**Wagner Luiz Bueno dos  
Santos**

Mestrando em História pela  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro.

Membro do Laboratório de  
Estudos sobre os Militares na  
Política (LEMP).

Pesquisador da Diretoria  
Patrimônio Histórico e  
Documentação da Marinha.

**Resumo:** Este artigo aborda o trabalho desenvolvido pelo Projeto de Descrição do Acervo da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, coordenado e supervisionado pelo Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM. Desde 2006, o projeto descreve o acervo documental produzido pela Marinha durante o século XIX que se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional. Com o objetivo de facilitar o acesso àquela documentação com ferramentas de pesquisa contemplando a busca qualificada em eixos temáticos específicos, o projeto tem como finalidade a preservação da memória da Marinha oitocentista e sua trajetória histórica.

**Palavras-chaves:** Militares; Marinha; arquivo.

**Accessing the past and rediscovering the Imperial Navy: the project description of the Secretary of State and Navy Business documents in the nineteenth century**

**Abstract:** This article aims to address the work of the Project Department of the Collection Description of State and Navy Business, coordinated and supervised by the History Department of the Directorate of Cultural Heritage and Marine Documentation – DPHDM. Since 2006, that project describes the documentary collection produced by the Navy during the nineteenth century that is under the custody of the Arquivo Nacional do Brazil. In order to facilitate access to that documentation research tools contemplating qualified search on specific themes, the project aims to preserve the memory of the nineteenth century Navy and its historical trajectory.

**Keywords:** Military; Navy; file.

**N**os últimos anos houve significativo aumento de interesse por documentos produzidos por instituições militares durante o século XIX, intensificando assim a procura por arquivos e acervos documentais sob a guarda de instituições militares. Este tem sido um dos caminhos percorridos por pesquisadores de diversas áreas de conhecimento em ciências humanas. Entretanto, documentos produzidos pelas Forças Armadas ao longo do XIX também podem ser encontrados em arquivos públicos, fora das instituições militares. Boa parte desse interesse pode ser consignada à crescente produção acadêmica acerca da atuação dos militares e suas instituições durante o período imperial que, além de ganhar força nos últimos anos, tem contribuído com a renovação dos estudos sobre o tema.

Por outro lado, muitos acervos foram organizados seguindo uma metodologia que não atende às novas tendências historiográficas. Tendo em vista os reflexos da historiografia moderna, caracterizada pelas múltiplas abordagens e domínios nos campos da história, exige-se dos historiadores um olhar mais criterioso sobre as fontes. Essas têm sido as razões para elaboração de novas ferramentas de pesquisas que possibilitem a busca qualificada em eixos temáticos específicos. Esse é o caso do acervo denominado Série Marinha, que se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional, objeto do Projeto de Descrição dos Documentos da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha no século XIX, cuja organização foi elaborada na década de 1960.

É necessário, primeiro, tratarmos sucintamente da trajetória histórica do Arquivo da Marinha como espaço de memória para compreendermos o processo de consolidação da instituição que, ao longo de sua história, constitui-se como repositório da memória da Marinha brasileira. A preocupação em guardar documentos já estava presente na Europa do século XVIII com a criação de depósitos de documentos e arquivos. O Vaticano já guardava seus documentos desde 1611, e estes foram abertos ao público em 1881. Na França revolucionária, com a criação dos arquivos nacionais e a publicação de arquivos nos anos de 1790, inaugurava-se a preocupação em disponibilizar documentos da memória nacional francesa, preocupação que se expandiu para a Inglaterra com a organização do Public Record Office, em 1838. A formação de centros de estudos em arquivos no século XIX começa com a *École de Chartes*, em Paris (1821); *Institut für Osterreichische Geschichtsforschung*, em Viena (1854); *Scuola di Paleografia e Diplomatica*, em Florença (1857) (LE GOFF, 1996, p. 465). No Brasil, a proposta de criação de um arquivo remonta ao processo constitucional de 1823 e sua concretização

se dá somente em 1838, ano de criação do Arquivo Público do Império (LOURENÇO, 2014). Embora a preocupação com a criação do Arquivo fosse a guarda e conservação de documentos, caracterizando sua função administrativa e legal, havia uma Sessão Histórica que abrigava a documentação referente à “história do Império”.<sup>1</sup>

Nesse processo é criado o Arquivo da Marinha, que tem sua origem na criação de *cartórios* na estrutura organizacional do Arsenal de Marinha da Corte e da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, em 1834<sup>2</sup> e 1842,<sup>3</sup> respectivamente. Esse processo seguiu na esteira da reforma da Administração Naval em meados do século XIX, na medida em que houve uma preocupação em organizar, conservar e guardar documentos. A subordinação dos *cartórios* coube ao Arsenal de Marinha e à Secretaria de Estado, pelo fato do Arsenal ser a grande organização industrial da força naval e de apoio administrativo ao ministro da Marinha e, por sua vez, à Secretaria de Estado, que era o órgão responsável pelas principais decisões administrativas e operativas da Marinha. Assim, os *cartórios* que gerariam o Arquivo da Marinha exerciam funções correlatas a arquivos correntes, organizando a documentação das organizações militares com rotina administrativa complexa (SILVA, 2009).

Em 1907, sob o efeito da reforma na Administração Naval promovida pelo ministro almirante Alexandrino Faria de Alencar, foi criado um aparelho com a função de guarda duradoura dos documentos que tinham finalizado suas “vidas administrativas” em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Marinha, congregando uma Diretoria da Biblioteca, um Museu e um Arquivo. O decreto de criação definia que “O Arquivo se destina à guarda e conservação de todos os documentos remetidos pelas inspetorias navais e diretorias”,<sup>4</sup> contudo, não foi a partir da criação desta organização que a administração naval percebeu a historicidade do conjunto documental produzido ao longo do século XIX. Apesar de contar com um arquivo único para onde eram remetidos os documentos produzidos pelos seus diversos órgãos quando findava sua utilidade imediata, a Marinha ainda não reconhecia nos mesmos a função de testemunhos de seu passado. Embora contando com um aperfeiçoamento na estrutura, este Arquivo, criado em 1907, manteve uma finalidade eminentemente administrativa, pois

---

<sup>1</sup>Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838 que cria o Arquivo Público do Império.

<sup>2</sup>Decreto de 13 de janeiro de 1834.

<sup>3</sup>Decreto nº 114, de 4 de janeiro de 1842.

<sup>4</sup>Decreto nº 6510, de 11 de junho de 1907.

Sua estrutura, voltada a um público interno, ainda não o classifica como um arquivo de pesquisadores, mas sim um arquivo administrativo, corrente e intermediário – porque ainda servia aos interesses de quem produzia os documentos (as repartições navais) (REITZ, 2007. p. 25-26).

Somente em 1943 foi reconhecida a necessidade da guarda e publicidade do acervo documental da Marinha para demandas que excediam sua vida administrativa, quando foi criado o Serviço de Documentação da Marinha (SDM),<sup>5</sup> com a finalidade de conservar a memória e o patrimônio artístico da Marinha. Mas foi justamente sua função pública, de arquivo aberto a pesquisadores, que destacou as lacunas do Arquivo da Marinha quanto ao acervo documental dos oitocentos. Entretanto, como afirmou Le Goff, o documento por si só não se faz suficiente para reconstrução do passado, segundo o historiador francês,

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador (LE GOFF, 1996, p. 535).

Embora a criação do SDM tenha promovido um avanço em direção à disponibilização dos documentos, existia uma deficiência que dificultava o aprofundamento das pesquisas, a falta de uma ferramenta eficiente de pesquisa que facilitasse a entrada no acervo que agora se encontrava sob a guarda do Arquivo Nacional. Por outro lado, as pesquisas que se debruçavam sobre a Marinha no século XX encontravam à sua disposição, sempre respeitando as políticas de acesso,<sup>6</sup> séries documentais completas, abarcando documentação produzida por toda a gama de organizações militares da estrutura do Ministério da Marinha.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Decreto-lei nº 5.558, de 8 de junho de 1943.

<sup>6</sup> Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

<sup>7</sup> Sugerimos àqueles que venham a se interessar pelo estudo e pesquisa acerca da Marinha do Brasil, as obras introdutórias para compreensão da administração naval, CAMINHA, Herick Marques. *Organização*

No acervo do século XIX não é verificada a mesma abrangência como nos períodos posteriores, encerrando-se nos registros de pessoal militar, os chamados Livros-Mestres, documentação normativa publicada nas Ordens Gerais ou Ordens do Dia do Quartel General da Marinha, relatórios ministeriais, atas do Conselho Naval etc. Para o último quartel daquele século já se encontra documentação produzida por organizações militares mais complexas e de caráter mais duradouro, como séries documentais do Estado-Maior General da Armada, Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Batalhão Naval, escolas de formação e especialização de oficiais e praças, avisos e correspondência do Gabinete do Ministro, além dos livros de quarto<sup>8</sup> e de socorros<sup>9</sup> de alguns navios da passagem do século XIX ao século XX.

Estas lacunas se devem à transferência da guarda de um conjunto de documentos em períodos anteriores ao reconhecimento da necessidade de um Arquivo “Histórico” para a Marinha, quando somente se avaliava a necessidade da guarda de documentação enquanto mantivesse função administrativa ou probatória. Assim, ao longo das décadas de 1910 e 1920,<sup>10</sup> verifica-se diversas transferências de documentos dos períodos colonial e monárquico para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e para o Arquivo Público Nacional, período em que estava ocorrendo uma nova organização com novo regulamento.

A maior parte das séries documentais foi enviada ao Arquivo Nacional e não poderiam ser esquecidas. Esse imenso conjunto documental constitui um único fundo no Arquivo Nacional, denominado “Série Marinha” e composto por 18 subséries organizadas segundo arranjo arquivístico implementado por Henri Boullier de Branche na década de 1960,<sup>11</sup> totalizando 448,43 metros lineares de documentos. A subsérie XM

---

*e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: SDM/Funcep, 1986 e CAMINHA, Herick Marqus. *Organização e administração do Ministério da Marinha na República*. Rio de Janeiro: SDM/Funcep, 1989.

<sup>8</sup> Livro de Quarto é o documento onde são registradas todas as ocorrências durante um quarto de hora (um dia é dividido em quartos de seis horas) de um dia de atividades dentro de um navio, assim como em qualquer unidade militar.

<sup>9</sup> Durante o século XIX, os livros de Socorros eram o documento onde se registravam os militares de uma unidade militar, tanto em navios quanto em unidade de terra. Neles pode se encontrar registro de origem e forma de ingresso na Marinha, características físicas, internações hospitalares, soldo (salário), filiação, naturalidade, nacionalidade e fardamento dos militares. Esse documento foi substituído quando da criação do Gabinete de Identificação da Marinha – GIM no início do século XX.

<sup>10</sup> Livros dos Documentos Remetidos ao Arquivo nacional vol. 1, códices nº 14336 e vol. II, códice nº 14337. Arquivo da Marinha – DPHDM. Rio de Janeiro. 1910/1920.

<sup>11</sup> Este arranjo arquivístico, apesar de abranger toda a “Série Marinha”, não permite um acesso aprofundado ao seu conteúdo, pois as 18 “subséries” e cada um dos maços documentais estão identificados, de maneira geral, pela organização produtora ou recebedora de documentos, sem nenhuma discriminação por temática. Também, desestimula o pesquisador que tem acesso a este fundo que a

– Ministro e Secretaria de Negócios Estrangeiros – reúne a documentação recolhida do gabinete do ministro da Marinha e é a maior do conjunto, com mais de cem metros lineares.

É neste conjunto documental que se concentra grande parte da trajetória de criação e formação da Esquadra brasileira, originando o que hoje é a Marinha do Brasil que, ao longo daquele processo, participou da construção do Estado nacional brasileiro. Alguns eventos marcaram essa trajetória, como a transmigração da Família Real para o Brasil, em 1808 e a instalação da administração naval no Rio de Janeiro. Mas foi durante as lutas pela consolidação da autonomia política do Império, nas campanhas internas e externas que enfrentou ao longo do 1º Reinado e da Regência, e finalmente, durante o Segundo Reinado, que a Marinha se estruturou como Força Militar consolidando seu poder naval durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.

Na medida em que a História se aproximava de outras áreas do conhecimento, sobretudo da teoria social e da antropologia, surgiam novas abordagens enriquecendo a historiografia, processo que influenciou a produção historiográfica acerca dos militares e suas instituições. Por exemplo, no que se refere ao estudo da guerra, é possível reter atenção nos espaços de conflito, nas opções geoestratégicas, na logística, nos recursos tecnológicos, nas relações entre líderes e liderados, nas culturas políticas, imaginários, identidades e sentimentos dos combatentes, entre outras possibilidades de abordagens, perspectivas teóricas e metodológicas. Enfim, multifacetados enfoques temáticos refinaram e sofisticaram a produção historiográfica e o debate decorrente.<sup>12</sup>

Em síntese, atualmente aqueles que se debruçam sob os acervos e documentos produzidos pelas instituições militares procuram analisar o fenômeno militar sob uma nova ótica, em que os diversos fenômenos relacionados à guerra são integrados em uma compreensão analítica mais ampla, dialogando com outras áreas do conhecimento, contrapondo-se a um modelo tradicional que privilegiava o estudo técnico das grandes batalhas, narradas de forma descritiva, memorialista e centrada no culto aos grandes heróis. A historiografia militar tradicional não concebia o

---

descrição mais pormenorizada encontrada diz respeito ao maço documental, que reúne, nos maços inicialmente trabalhados pelo projeto, de 70 a 300 documentos.

<sup>12</sup> Os argumentos aqui apresentados são baseados nas discussões formuladas na comunicação: LOUREIRO, Marcelo; RESTIER, Renato. História política, história social e história militar: três histórias em busca de um eixo teórico-metodológico comum. Apresentada no Instituto Histórico e Geográfico Militar Brasileiro – IHGMB, *Revista Brasileira de História Militar*, ano III, n. 8, ago. 2012.

militar e as instituições militares dentro dos contextos sociais, cultural, psicológico, geográfico, como agente receptor e transformador.

Recaiu sobre a história militar certo ostracismo. Marcada pela fragilidade de suas problematizações e distanciamento dos demais campos da história, ela foi por um longo tempo marginalizada em função da crítica que nasceu da revolução historiográfica promovida pela corrente hegemônica francesa liderada pelo grupo dos Anales. A mais pesada acusação foi que a história militar estaria distante do estatuto científico da história<sup>13</sup> com tendências factualistas. Por um lado, não seria justo condenar a história militar, enquanto campo historiográfico, a uma história factual *ad hoc*, por outro lado, não é também correto afirmar que suas mudanças hoje são singulares em relação aos outros campos da história. Na medida em que a história militar tenta se deslocar do centro dessa crítica, ela se insere na disputa no interior do campo da ciência história, reivindicando para si um estatuto de cientificidade. Nesse sentido, os historiadores que se debruçam sobre a temática militar têm ampliado suas perspectivas de análises e lançado novos olhares sobre as fontes.<sup>14</sup>

Hoje entendemos que tudo o que restou de uma sociedade e que nos possibilita elaborar um conhecimento da mesma – conhecimento relativo e provisório – é fonte histórica, e o historiador manuseará as fontes para dar-lhes a forma, ou seja, as fontes só responderão o que o historiador perguntar. Para E. H. Carr, as fontes estão disponíveis ao historiador como “os peixes estão na tábua do peixeiro”. O historiador, tal como o peixeiro, “deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o mais atrair” (CARR, 1982, p. 37-38). Os fatos não são autoexplicativos.

---

<sup>13</sup> Consideramos as discussões de Thomas S. Kuhn (1998) acerca da cientificidade da disciplina história.

<sup>14</sup> Alguns estudos que apontaram para uma renovação no campo da História Militar podem ser encontrados na obra de Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (2004). Na esteira dessas renovações e com o esforço por uma preocupação em manter o debate acerca da temática militar, foram criados centros de estudos e cursos de pós-graduação onde são desenvolvidos trabalhos na área de história militar. O objetivo é, além de formar especialistas, ampliar o debate e as discussões visando à renovação do campo. Nesse caminho, o curso de pós-graduação em história militar no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), sob a coordenação do prof. dr. Paulo André Leira Parente e sua versão no modelo Ensino a Distância – EAD promovido pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), são movimentos incipientes, porém com pretensões fecundas. E ainda, nos diversos fóruns de debates e principais congressos na área de história, a temática militar tem contribuído com a participação de trabalhos e estudos renovadores, como por exemplo, nos últimos encontros nacionais da ANPUH, onde se percebe, ao menos, a presença de um ou mais simpósios temáticos dedicados a temáticas sobre militares.

Cabe ao historiador ir ao passado e interrogar as evidências que este deixou com as perguntas adequadas, munido dos conceitos e métodos apropriados, para este passado oculto se revelar em sua lógica subjacente, agora por ele percebida, muitas vezes, ignorada por seus próprios agentes. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 24).

Tais renovações metodológicas do conhecimento histórico e, inclusive, da história política e social, estão sendo aplicadas ao estudo dos fenômenos militares, o que permite renovar as investigações neste campo de pesquisa, resultando em um revisionismo historiográfico. Em outras palavras, atualmente os esforços estão voltados para analisar o fenômeno militar sob novas perspectivas, com novos objetos, procurando aprofundar a visão sobre temas já analisados, enfim, levando em consideração todos os fatores da sociedade e do tempo em que está inserido o objeto de pesquisa.

A partir dessa concepção, as batalhas se tornam um dos objetos da história militar – a história militar não se esgota na batalha, e a batalha não perde importância, já que não é possível pensar no soldado e não pensar na batalha, na “guerra” em todas as suas conotações no tempo e espaço. São objetos da história militar hoje os desdobramentos da guerra nas estruturas sociais, políticas, culturais e seus diferentes significados em diversas culturas: a relação do fenômeno militar na organização sociocultural; as tradições (símbolos, imagens, canções); o estudo das instituições militares e as questões de gênero nas Forças Armadas. Enfim, há um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas. Segundo Paulo André Leira Parente,

Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da história. (PARENTE, 2006, p. 69).

Seguindo essa tendência desde 2006, a Marinha do Brasil, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), organização



responsável pela elaboração da história desta instituição, iniciou o processo de levantamento descritivo de um conjunto documental que tem como origem o Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha, sob guarda do Arquivo Nacional, conjunto este denominado Série Marinha.

Por meio deste levantamento, teremos a possibilidade de facilitar o acesso ao acervo documental, promovendo a pesquisa em documentos ainda não explorados. Aos pesquisadores interessados podemos propor uma releitura sobre a construção da história nacional à luz da dinâmica da organização da Marinha ao longo do século XIX, na sua estrutura burocrática como Secretaria de Estado e no papel operativo enquanto força armada. E ainda, para o entendimento do modo como essa instituição está inserida na organização do Estado brasileiro no século XIX.

No quadro abaixo é possível verificar que, embora superficialmente, o acervo contempla um número significativo de agências da estrutura administrativa e operativa da Marinha Imperial.

	Organização Militar (Agência)	Metragem linear
	Arsenais de Diversos Estados (XVIII M)	0,06m
	Cirurgião Mor Hospital da Marinha (XIX M)	0,17m
	Escola Naval – Academia de Marinha (VI M)	0,17m
	Capitania dos Portos (XVI M)	0,21m
	Arsenal de Pernambuco (XIII M)	1,85m
	Batalhão Naval – Inválidos (XV M)	2,15m
	Intendência da Bahia (IX M)	5,9m
	Pagadoria (II M)	5,61m
	Intendência da Corte (VII M)	7,60m
0	Intendência e Inspeção da Bahia (XI M)	7,65m
1	Arsenal da Bahia (VIII M)	11,3m
2	Inspeção do Arsenal de Pernambuco (XII M)	11,25m
3	Inspeção do Arsenal da Corte (V M)	12,2m
4	Quartel General e Conselho Naval (III M)	42,7m
5	Navios-Força Naval-Distritos Navais (IV M)	57,46m

6	Socorros de Marinha-Corpo de Fazenda (XVIII M)	80,41m
7	Contadoria (IM)	89,49m
8	Ministro-Secretaria de Estado (X M)	112,25m
	Total metragem	448,43m

O projeto foi viabilizado graças à parceria com a Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso) e do convênio firmado com o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) junto ao Departamento de Estágios e Bolsas (Cetreina) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que possibilitou a participação de seis alunos da graduação em História. Os estagiários participam de treinamento, composto por um minicurso de introdução à história da Marinha do Brasil no século XIX para cada nova turma que ingressa no projeto, e, a partir de leituras selecionadas pelo departamento de História da DPHDM, são apresentadas a estrutura administrativa e operativa da instituição e sua atuação em conflitos externos e internos durante o período imperial.

Este projeto tem como objetivo realizar um levantamento descritivo da documentação oriunda do Ministério e Secretaria de Estado e Negócios da Marinha sob a guarda do Arquivo Nacional, cuja finalidade é a preservação da memória da Marinha oitocentista e sua trajetória histórica. A partir deste levantamento está sendo elaborado um banco de dados que incrementará o acesso à documentação, permitindo a busca qualificada em eixos temáticos específicos. A metodologia de descrição e elaboração do banco de dados se fundamenta na análise textual primária da documentação do período e posterior descrição obedecendo as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Propõe-se como método o levantamento documental das subséries, tornando possível aos pesquisadores a interação entre discursos perenizados em cada um dos documentos, vivificando as redes relacionais que permeavam os diversos segmentos organizacionais da Marinha Imperial Brasileira.

O projeto já descreveu um volume de mais de 28 mil documentos, entretanto, é imprescindível informar que o número de documentos quantificados é maior que os documentos descritos devido a grande quantidade de anexos junto ao documento principal. Tendo como objetivo respeitar a organização própria de cada documento, são

descritos na mesma ficha todos os itens anexados ao documento principal, evitando assim uma descaracterização do item documental trabalhado e sua disposição e organização original, isto é, preserva-se o caráter processual da documentação.

É importante destacar que, nos conjuntos documentais analisados até o presente momento, o número de documentos, com um ou mais anexos, gira em torno de 45% do total já trabalhado. Muitas das vezes os anexos estão relacionados ao documento principal e contêm informações mais relevantes, em alguns casos são encaminhados para subsidiar uma tomada de decisão do Ministro da Marinha ou, em sentido contrário, para justificar a decisão do ministro perante o Governo Imperial e da própria instituição, envolvendo órgãos como o Conselho de Estado e a Assembleia Legislativa. É possível encontrar um item documental com três anexos, outro com 68 anexos e até mesmo contendo mais de cem anexos, compondo verdadeiros processos.

Diante da dinâmica de descrição dos documentos, estamos trabalhando no sentido de adotar futuramente o software livre AtoM.<sup>15</sup> A ferramenta digital é destinada a apoiar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que junto aos colaboradores do projeto AtoM está sendo disponibilizada como um software livre, de forma que as instituições arquivísticas tenham acesso a um sistema gratuito, fácil de usar e que as permitam disponibilizar seus acervos *on-line*.

A plataforma se encontra em fase de testes técnicos e estruturais em nossa rede de computadores, e por esse motivo optamos, concomitantemente, pela elaboração e confecção de uma ferramenta de pesquisa acompanhando a dinâmica da própria descrição do acervo documental. O conteúdo que está sendo descrito será disponibilizado por meio da ferramenta de pesquisa, organizado em arquivos digitais em formato PDF acompanhando a organização disposta no Arquivo Nacional, por maços documentais em suas respectivas subséries, conforme o método já aplicado na descrição do acervo, facilitando assim o acesso prévio ao conteúdo já descrito. Esse formato, que é utilizado pelo Arquivo Nacional inclusive, disponibiliza por meio de seu mecanismo de busca, de maneira satisfatória, informações prévias dos documentos assim como sua localização no acervo. O objetivo é facilitar o acesso à Série Marinha na medida em que está sendo descrita, e que futuramente estará disponível via internet, na página da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). Atendendo

---

<sup>15</sup> AtoM é um acrônimo para *Access to Memory* (acesso à memória).

ao disposto no Convênio Conarq/Cetreina-UERJ, disponibilizaremos o material para o Arquivo Nacional.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: Edusc, 2007.

CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: SDM/Funcep, 1986.

\_\_\_\_\_. *Organização e administração do Ministério da Marinha na República*. Rio de Janeiro: SDM/Funcep, 1989.

CARR, Edward Hallett. *Que é história?* Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LOURENÇO, Mariana Simões. *Do acervo ao livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. Dissertação (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PARENTE, Paulo André Leira. Uma nova história militar? Abordagens e campos de investigação. *A Defesa Nacional*, n. 806, 3º Quadrimestre de 2006.

REITZ, Alessandra. O processo de formação do Arquivo da Marinha do Brasil como instituição de pesquisa histórica e militar (1907-1953). *Navigator: subsídios para a*

*a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. n. VI, 2007.

SILVA, Carlos André Lopes da. Redescobrimo a Marinha oitocentista: o projeto de descrição do acervo documental da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha – 1808 a 1890. *Anais do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos da Defesa – ABED* – Universidade Estadual de Londrina, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/index.php>>. Acesso em: 26 set. 2015.